

A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA, TERRITÓRIO E ECONOMIA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA VENEZUELANA¹

Layssa Ramos Maia de Almeida²
Felipe Addor³
Bianca de Carvalho Pereira Campos⁴

Resumo

Partindo de uma visão crítica do atual modelo democrático hegemônico na América Latina, destaca-se a necessidade de se experimentar novas práticas democráticas que estejam vinculadas com a dinâmica territorial do cotidiano e que busquem contribuir para sistemas econômicos menos desiguais. Nesse sentido, fazemos uma análise da experiência venezuelana da “*democracia participativa y protagónica*”, dos seus limites e potencialidades, no sentido de inspirar outras experiências de aprofundamento da democracia na região.

Palavra-chave: Venezuela; Democracia Participativa; Conselhos Comunais; Território; Economia Comunal.

LA RELACIÓN ENTRE DEMOCRACIA, TERRITORIO Y ECONOMÍA: REFLEXIONES A PARTIR DE LA EXPERIENCIA DEMOCRÁTICA

Resumen

Partiendo de una mirada crítica al actual modelo democrático hegemónico en América Latina, se destaca la necesidad de experimentar con nuevas prácticas democráticas que se vinculen a las dinámicas territoriales de la vida cotidiana y que busquen contribuir a sistemas económicos menos desiguales. En este sentido, analizamos la experiencia venezolana de “*democracia participativa y protagónica*”, sus límites y sus potencialidades, para inspirar otras experiencias de profundización democrática en la región.

Palabra clave: Venezuela; Democracia Participativa; Consejos Comunales; Territorio; Economía Comunal.

THE RELATIONSHIP BETWEEN DEMOCRACY, TERRITORY AND ECONOMY: REFLECTIONS BASED ON THE VENEZUELAN DEMOCRATIC EXPERIENCE

Abstract

Starting from a critical view of the current hegemonic democratic model in Latin America, the need to experiment with new democratic practices that are linked to the territorial dynamics of everyday life and that seek to contribute to less unequal economic systems is highlighted. In this sense, we analyze the Venezuelan experience of “*participatory and protagonist democracy*”, its limits and its potential, in order to inspire other experiences of deepening democracy in the region.

Keyword: Venezuela; Participatory Democracy; Communal Councils; Territory; Communal Economy.

¹ Artigo recebido em 18/07/2023. Primeira Avaliação em 08/08/2023. Segunda Avaliação em 05/08/2023. Aprovado em 29/10/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59264>

² Doutoranda em Ciências Sociais, Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (CPDA)/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brasil. Pesquisadora-Extensionista do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: layssarma@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7095630608021526>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4410-7056>.

³ Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). - Brasil; Docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES)/Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: felipe@nides.ufrj.br.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4471650676535041>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-0487>.

⁴ Mestranda em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4449746715118434>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3042-909X>.

Introdução

A histórica separação entre as esferas econômica e política produzida pelo capitalismo desde sua consolidação tem produzido efeitos sistemáticos na forma como se constituem as relações sociais, redefinindo conceitos, como cidadania e democracia, e práticas, como a gestão do Estado, alterando as posições de poder previamente conhecidas. Fundou-se, assim, uma imagem do capitalismo como um sistema essencialmente econômico, interessado nos movimentos do mercado e apartado das dinâmicas políticas. Além disso, essa configuração acarretou o surgimento de uma “democracia” parcial, apenas política, ao separar a dinâmica da vida comunitária da organização da produção (WOOD, 2003). O que a história tem nos mostrado, entretanto, é uma inegável sustentação política, fortemente estatal, que o capitalismo carrega consigo como uma necessidade, e o profundo impacto da centralização econômica no aprofundamento da prática democrática.

Entre tantas reflexões possíveis a partir dessa constatação, o debate sobre a possibilidade da coexistência entre democracia e capitalismo torna-se muito interessante, uma vez que demanda a convergência inesperada de ações dessas esferas dadas como separadas, além do desvelamento do papel do Estado. Para além da contradição inerente entre, de um lado, uma forma de governo e prática social que pressupõe condições de acesso aos direitos e à participação de parcelas cada vez mais amplas da população baseada em parâmetros de igualdade sócio-política e, de outro, um modelo de funcionamento da sociedade reconhecido por ser promotor de desigualdades em seu desenvolvimento, procuramos destacar o seguinte questionamento: como esperar que o Estado, que tem assumido, majoritariamente, uma postura de facilitador e mediador dos interesses do grande capital nos diversos âmbitos, seja também capaz de manter as condições que nos levam à democracia e promover iniciativas de ampliação democrática?

A reflexão de como esse desafio tem sido enfrentado passa também pelo reconhecimento de uma heterogeneidade das forças e dos projetos políticos que compõem esse Estado e que se colocam em permanente disputa pela definição de suas ações (DAGNINO et al., 2006). As experiências de descentralização administrativa do Estado, por meio do fortalecimento de dinâmicas territoriais, ocorridas ao longo dos anos 1990 e 2000, buscaram a criação de novos arranjos e institucionalidades para além do âmbito estatal, na tentativa de alçar o território como

nova arena política. Construía-se, assim, uma perspectiva de que o exercício direto da cidadania no cotidiano, no território, construindo e consolidando a agenda do público⁵, era capaz de impulsionar novos formatos de democracia política e econômica (PACHECO, 2003).

No presente artigo, buscamos lançar luz na experiência de construção de uma democracia participativa e protagônica desenvolvida na Venezuela, principalmente durante os anos de governo de Hugo Chávez, a partir das lentes teóricas que permeiam esse debate das perspectivas econômica e territorial da democracia no conflito com o capitalismo. Assim, na primeira seção, destacamos brevemente algumas bases do conflito entre democracia e capitalismo, passando por três elementos principais: o processo de separação das esferas econômica e política e seus efeitos na definição de noções importantes, como cidadania, liberdade, soberania popular; a sustentação política (estatal) do capitalismo; e a busca pela inserção da dinâmica territorial como uma das alternativas a esse embate.

Na segunda seção, descrevemos a experiência venezuelana, buscando apontar seus elementos históricos de construção e desenvolvimento, mas também atualizar esse percurso com uma leitura da conjuntura social, econômica e política atual do país. Por fim, na terceira seção, fazemos uma análise dessa experiência, em suas conquistas e contradições, a partir das lentes teóricas e práticas apresentadas no texto, que embasam o debate sobre a construção de uma prática democrática que coaduna elementos de uma participação cotidiana, territorializada, nos rumos da política e economia do país.

Capitalismo e democracia: política, economia e território

Longe de ter a intenção de resgatar os elementos da passagem histórica do feudalismo para o capitalismo, buscamos destacar brevemente apenas seus desdobramentos nas perspectivas de estruturação da cidadania e da democracia, a partir, principalmente, da fragmentação que produziu entre a política e a economia. Segundo Wood (2003), a transição entre esses dois modelos gerou um deslocamento

⁵ A agenda do público refere-se ao debate e as formas de ação sobre os assuntos imediatos e cotidianos que ocorrem no entorno da vida familiar e comunitária. Entretanto, diz respeito também às discussões sobre o Estado, suas instituições e as ações que esperamos desses atores, desenvolvendo, assim, dois níveis de exercício cidadão: um germinado no âmbito da comunidade e outro orientado ao lugar mais abstrato da institucionalidade política e econômica (PACHECO, 2003).

do centro do poder do senhorio, como era tradicional no feudalismo, para a propriedade, retirando a centralidade da posição política de poder e lançando-a para uma dimensão estritamente econômica. As autoras Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020) também descrevem essa situação:

O que foi desmantelado foi um mundo social em que os poderes econômico e político eram efetivamente fundidos, como na sociedade feudal, que conferia o controle sobre o trabalho, a terra e a força militar às mesmas instituições de senhoria e vassalagem. Na sociedade capitalista, pelo contrário, os poderes econômico e político são separados, de modo que a cada um é atribuída sua própria esfera, seu próprio meio e seus modus operandi (FRASER; JAEGLI, 2020, p. 57).

De acordo com Wood (2003), é exatamente esse processo que torna possível a instituição da democracia liberal: o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade, pautadas nessas duas esferas isoladas. Ao mesmo tempo em que, na esfera política, os status político, jurídico e militar – que a autora chamou de “extraeconômicos” – passaram a não ser determinantes para definir o poder de se apropriar e explorar, as relações de poder na esfera econômica não estavam atreladas aos privilégios políticos ou jurídicos.

Essa transformação tem efeito substancial na conformação da categoria de cidadão, uma vez que a entrada nesse grupo já não era mais atribuída ao poder socioeconômico. Nesse sentido, a instituição do capitalismo trouxe consigo o debate da garantia da liberdade individual, da igualdade, do trabalho livre e assalariado, e da possibilidade de participação na arena política. A proposta permitia, assim, constituir um grupo de cidadãos mais amplo, baseado em uma igualdade formal, unindo na mesma categoria “multidão trabalhadora e elite proprietária”, como atributo positivo, produzindo o mito da soberania individual.

No plano de fundo, entretanto, permanecia a lógica liberal de exclusividade da nação política, onde a “ideia de ‘governo do povo’ é esvaziada, na medida em que aos cidadãos comuns cabe, sobretudo, formar o governo, mas não governar” (MIGUEL, 2005, p. 8). O capitalismo permitiu, assim, uma ampliação quantitativa da cidadania, mas restringiu qualitativamente sua capacidade, formando uma massa de cidadãos passivos em relação às dinâmicas políticas. A partir dessa reflexão, Wood explica a coexistência entre democracia e capitalismo:

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica

não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta (WOOD, 2003, p. 184).

Esse formato de funcionamento da democracia tornou-se hegemônico e serviu apenas para distanciar os cidadãos da administração dos interesses coletivos e gerar o desinteresse pela política, o afastamento com relação à construção da democracia, o esvaziamento da legitimidade das instituições políticas (como partidos e órgãos do governo representativo: câmara dos deputados, senado) e a falta de sentimento público. O crescente abismo ocasionado por esses elementos têm fortalecido o argumento de que o modelo de democracia representativa baseada apenas no voto não é suficiente para dar conta das complexas demandas sociais que se apresentam, levando a uma profunda crise de representatividade e da própria democracia (ADDOR, 2018).

Nos países da América Latina, soma-se a esse modelo hegemônico de democracia, o avanço das políticas neoliberais ⁶e o aumento de sua dependência em relação aos países centrais. Há um reposicionamento do papel do Estado, que passou a priorizar, em sua atuação, os interesses de grandes grupos transnacionais a despeito da construção de políticas e projetos capazes de favorecer e sustentar a soberania nacional. Isso tem se tornado cada vez mais evidente seja pela centralidade de atores privados nas decisões econômicas, seja pelo cerceamento e privatização dos direitos, seja ainda pela reconfiguração do próprio território nacional, de modo a criar barreiras físicas que contribuem para invisibilizar novas proposições de atividades econômicas, de transporte, de comunicação, cultura, organização e mobilização popular.

⁶ "(...) o neoliberalismo cada vez mais esvazia as capacidades políticas com as quais o capital contava, historicamente, tanto no nível do Estado quanto no nível geopolítico. Como resultado desse esvaziamento, as condições políticas de possibilidade do capitalismo também são hoje um lugar central e um foco da crise capitalista. Podemos falar aqui de uma crise política da sociedade capitalista. Essa vertente de crise está ancorada numa contradição especificamente política da sociedade capitalista: o fato de que sua economia, a um só tempo, depende e tende a desestabilizar os poderes públicos" (FRASER; JAEGGUI, 2020, p. 71).

Percebemos, assim, uma dinâmica democrática bastante limitada devido também à captura de suas instituições pelos poderes econômicos que constituem o capitalismo, como o das grandes empresas, do judiciário, das grandes igrejas. Ou seja,

O capitalismo definitivamente não é só um sistema econômico. (...) essas não são características da economia capitalista, mas de uma sociedade capitalista. A peculiaridade da sociedade capitalista é que ela trata suas relações sociais definidoras e estruturantes centrais como se fossem econômicas e pertencessem a um subsistema separado da sociedade, uma "economia". Mas isso é apenas uma aparência (FRASER; JAEGGUI, 2020, p. 85).

Fraser e Jaeggui (2020) reforçam de maneira contundente o quanto é nebulosa essa fragmentação das esferas política e econômica, apontando para histórica sustentação política, essencialmente estatal, com a qual o capitalismo precisou contar para o seu desenvolvimento. Segundo as autoras (idem, p. 55), seria possível “chamar o poder estatal de outra condição de fundo para a história oficial do capitalismo”. Foi o Estado que criou as condições para assegurar os direitos de propriedade, que utilizou dos meios de coerção e violência para controlar a resistência da população às expropriações e reprimir rebeliões anticapitalistas, e que facilitou a atuação de atores com interesses econômicos variados.

É esse mesmo Estado que segue comprometido com o desenvolvimento capitalista atualmente, facilitando o avanço de projetos extrativistas, em especial na América Latina, esforçando-se para formatar e aprovar um arcabouço jurídico que permita a livre passagem dos atores econômicos pelas arenas políticas e a sua chegada aos territórios. Por outro lado, é também esse Estado que vimos, por resultado de pressões populares, se tornar um pouco mais permeável, e produzir iniciativas de descentralização administrativa e abertura democrática orientada para a organização popular no território. Talvez por essa ambiguidade, o conflito com o Estado e com a estrutura capitalista seja um dos elementos que despontam como principais na análise desse tipo de experiências, uma vez que frequentemente se observa a passagem de um momento em que o Estado agia enquanto mediador e facilitador para um estágio em que suas estruturas começam a se mostrar mais fortes e resistentes à força popular organizada (ALMEIDA, 2022).

A perspectiva de organização e mobilização popular a partir dos territórios tem se destacado em uma série de experiências na América Latina nas últimas duas

décadas, apresentando-se de maneiras mais e menos tensionadoras do status quo a depender de seus contextos locais e temporais. Entre essas experiências, podemos citar a iniciativa: dos conselhos e comunas na Venezuela (AZZELLINI, 2010; MAIA et. al., 2008), abordada em maior profundidade neste trabalho; dos indígenas do Pachakutik no Equador (ADDOR, 2018); da luta dos zapatistas no México, da prática comunitarista de El Alto na Bolívia (BAPTISTA, 2019); das fábricas recuperadas por trabalhadores na Argentina (HENRIQUES, 2013); e das experiências de orçamento participativo no Brasil (LÜCHMANN, 2014).

O desenvolvimento de experiências democráticas mais participativas e inclusivas no âmbito dos territórios permite a reconfiguração do modo de cidadania passivo e apático instituído pelo capitalismo. Segundo Alberto Tamayo, é justamente esse enraizamento dos indivíduos que produz sua capacidade crítica de agência:

la democracia precisa de ciudadanos “democráticos”, activos, sociales, políticos, críticos y participativos, dispuestos a subvertir el orden, con capacidad para transformar la realidad cotidiana y arraigados fluidamente, en términos de Bailly, citado por Pagés (2003 :8), al territorio donde habitan, viven y luchan por materializar sus sueños (TAMAYO, 2009, p. 110).

Essa nova lógica de inserção das pessoas comuns na dinâmica política, partindo da atuação em seu cotidiano, poderia reconstruir a democracia, como nos termos do geógrafo Milton Santos (2007, p. 92):

Sendo a educação para a democracia feita numa prática que ultrapassa o dia das eleições e as campanhas eleitorais tantas vezes ocultadoras da verdade, obteríamos a fusão da prática democrática com o cotidiano vivido de cada qual, o cotidiano e a vida comparecendo como uma escola de democracia, alimentando-a, reforçando-a, aperfeiçoando-a.

As dimensões formativas e educacionais se tornam fundamentais no contexto de reestruturação democrática atual, principalmente, porque podem contribuir para o apagamento do ideário capitalista e neoliberal e para a reconstrução da cidadania. Ao promover a participação da população em diversas esferas da vida cotidiana, produz-se *“una concepción de formación ciudadana que incorpora el territorio”* e essa se converte em uma *“estrategia pedagógica para, interrelacionando ciudadanía y territorio, forjar ciudadanos, crear ciudadanía y gestar democracia territorial”* (TAMAYO, 2009, p. 123). Diante desses movimentos históricos, é possível perceber o quanto a articulação com o território pode ser fundamental na construção da

resistência ao sistema capitalista e a um modelo democrático restritivo e excludente, sobretudo pelo resgate de uma vivência política mais orgânica e ativa por parte dos cidadãos.

Nas seções seguintes, destacamos os principais elementos da experiência democrático-participativa da Venezuela, a partir da hipótese de que essa reuniu os principais elementos necessários ao enfrentamento dos desafios discutidos nessa seção: a construção de uma experiência baseada na organização popular nos territórios, com objetivo de criação de uma estrutura política e econômica diferente daquelas produzidas pelo Estado latino-americano tradicionalmente submetido ao sistema capitalista e de resgate da cidadania ativa e da mobilização cidadã. Buscamos apontar suas conquistas e potencialidades, mas também analisar seus desafios e contradições, principalmente levando em consideração sua coexistência com as estruturas da sociedade capitalista e do modelo democrático já conhecidos.

Proposta democrático-participativa venezuelana

Nesta seção, fazemos um resgate histórico resumido do processo de construção da proposta da “*Democracia Participativa y Protagónica*” implantada ao longo do governo Hugo Chávez e seus desdobramentos até os dias atuais.

1. As origens do sistema de participação na Venezuela

O sistema político que vigorou na Venezuela por quarenta anos, de 1958 a 1998, conhecido como “*Pacto de Punto Fijo*”, baseava-se numa dinâmica política elitista, dominada por dois partidos (AD e COPEI) que se alternavam no poder, sobrevivendo com base em uma política assistencialista e clientelista de amenização dos conflitos sociais financiada pela exploração petrolífera. Apesar disso, a construção da participação popular na Venezuela vem de uma longa história de luta dos movimentos sociais e das organizações comunitárias, que pressionavam o Estado no sentido de ampliar o acesso aos direitos e serviços, como acesso à água e habitação (ADDOR, 2018).

Os espaços participativos na Venezuela possuem uma longa trajetória no século XX. Em uma história mais recente, podemos afirmar que a década de 1970 é um período de auge das formas organizativas populares, que possuem um caráter

reivindicativo, com “*dinámicas autónomas, prácticas democráticas y elevados niveles de participación social*” (MACHADO, 2007, p. 174). Institucionalmente, as inovações participativas começaram a ganhar corpo na Venezuela ainda no início da década de 1990 (MAYA, 2008, p. 1), em nível local e regional, por iniciativa de alguns governos de esquerda, como resposta à crise do sistema político venezuelano e da deterioração dos serviços públicos. “La Causa R” é um dos pioneiros no país na implantação de gestões participativas, tendo tido destaque os governos de Clemente Scotto, no Município Caroní, Estado de Bolívar, de 1989 a 1993, e de Aristóbalo Isturiz, no Município Libertador de Caracas, no Distrito Federal, entre 1993 e 1996 (MAYA, 2008, p. 3).

A vitória eleitoral de Hugo Chávez representou a oportunidade de trazer essa luta para dentro da política pública nacional, e, com base nas experiências e articulações anteriores, foi possível ir desenhando um projeto de intensa democratização da sociedade venezuelana. Entre as mudanças implementadas pelo governo Chávez presentes desde a nova Constituição, de 1999, uma das mais importantes foi a promoção do poder popular ou, como ficou cunhado mais tarde, de uma “*democracia participativa y protagónica*”.

Hugo Chávez enfrentou um primeiro governo (2000-2006) de grande instabilidade, com um cenário econômico desfavorável para um país cuja economia é baseada na exportação de petróleo e com muitos boicotes da oposição, advindos dos diversos setores onde as elites tradicionais ainda tinham força: Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), Forças Armadas e imprensa (MARINGONI, 2008, p. 115).

As primeiras ações com estímulo à mobilização social foram as “*misiones*”: políticas sociais voltadas ao atendimento das necessidades primárias da população (AZZELLINI, 2010, p. 203). Entre as principais “*misiones*”, estão: “*Barrio Adentro*”, criada em 2003, que visa estabelecer um sistema de saúde gratuito a nível nacional; “*Merca!*” (Mercado de Alimentos), que aponta facilitar o acesso da população a alimentos básicos a um preço baixo, contribuindo para sua segurança alimentar; as missões educativas (“*Robinson*”, “*Robinson II*”, “*Ribas*”, “*Sucre*”) que foram se consolidando e ampliando seu alcance, e representam hoje uma parte significativa da estrutura educacional venezuelana. Outros espaços importantes de construção da cultura participativa foram: as “*Mesas Técnicas de Água*”; os “*Comités de Tierra Urbanos*”; os “*Consejos Locales de Planificación Pública*” (CLPP); a “*Organización*

Comunitaria Autogestionaria"; os "Círculos Bolivarianos"; a "Contraloría Social"; e o "Parlamentarismo Social de la Calle" (ADDOR, 2018).

Entretanto, foi a partir da reeleição de Hugo Chávez em 2006, que se iniciou a construção de uma nova estrutura complexa e difundida de participação. Nesse momento, o cenário tornou-se mais favorável, inclusive pelo boicote da oposição às eleições parlamentares de 2005, que levou a frente chavista a dominar completamente a Assembleia Nacional venezuelana. Nesse contexto, o presidente começa a estruturar de forma mais clara seu projeto de governo (LANDER, 2007: p. 78).

2. A estruturação da democracia participativa e protagônica no governo Chávez

Inspirados nos movimentos de base dos bairros desenvolvido pelos movimentos sociais na década de 1990, em 2006 surge a primeira lei estruturante da democracia participativa e protagônica, que é a *Ley de Los Consejos Comunales*, que define esses espaços como

Los consejos comunales [...] son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social (VENEZUELA, 2006, p.1).

Com o objetivo de incluir a população na gestão das políticas em seu território, a lei abria a possibilidade que as famílias de um território, definido pela própria população e tendo uma abrangência máxima de 400 famílias, criassem um Conselho Comunal (CC) para realizar a gestão das políticas de investimento em sua região. Para criar um CC, era preciso realizar um censo em seu território de abrangência, e depois organizar uma assembleia, com participação de no mínimo 50% das famílias, para que a proposta do CC fosse aprovada pelo governo federal. A partir daí, aquela organização comunitária tinha a possibilidade de, a partir de um diagnóstico, debater e definir as políticas prioritárias para seu território. A experiência dos primeiros anos, seus acertos e dificuldades, levaram à reformulação da legislação dos CC, resultando

na promulgação de uma nova «*Ley Orgánica de los Consejos Comunales*» (LOCC), em final de 2009.

Todas as demandas identificadas pelos coletivos comunitários tinham que ser transformadas em projetos, com orçamento e cronograma, o que levou à criação de uma série de organizações a nível nacional e local que apoiavam as comunidades na elaboração das suas propostas. O financiamento para as prioridades definidas pela população dentro dos CC vinha diretamente do governo central. Entretanto, havia a possibilidade, e ocorreu em muitos casos, de haver recursos vindos dos governos estaduais e municipais para a execução de ações nas comunidades. Como exemplo de ações, podemos citar a construção ou reforma de habitações populares, sistemas de acesso à energia, sistema de saneamento básico, pontes, quadras desportivas, escolas públicas, entre outros.

O fortalecimento da prática política participativa e o surgimento de necessidades que transbordavam o território comunitário de cada CC levou ao surgimento das “Comunas”, grupos articulados de CC que se juntam para fortalecer demandas que não se limitam a suas respectivas comunidades. No momento de sua criação, os principais objetivos dessa instância eram: i) desenvolver e consolidar o Estado Comunal como expressão do Poder Popular e suporte para construção da sociedade socialista; ii) conformar o autogoverno para o exercício direto de funções na formulação, execução e controle da gestão pública; iii) promover a articulação e integração com outras comunas; e iv) impulsionar o desenvolvimento e consolidação da propriedade social (LOC, 2010). Assim,

As comunas expressam um duplo propósito, um político e outro econômico. O propósito político é a construção do poder popular na forma de uma democracia participativa e direta em espaços territoriais mais amplos. O propósito econômico é o de estimular a produção econômica autônoma e controlada diretamente pela população na forma de agricultura comunitária, cooperativas populares, controle popular da distribuição econômica, tendo em vistas a edificação de um modelo produtivo autossuficiente e sustentável (SCHEIDT, 2017, p. 279).

A “*Ley Orgánica de las Comunas*” (LOC), assinada em 13 de dezembro de 2010, representou ainda a legitimação da busca por consolidar uma nova estrutura de poder na Venezuela, a partir da categorização de diferentes espaços de poder popular, que conformariam o chamado “*sistema de agregación comunal*”. Este sistema tem como base os Conselhos Comunais, que podem se agregar em

Comunas, que por sua vez podem se articular em Mancomunas ou Corredores Comunais.

No mesmo ano de sua consolidação jurídica, o número de Comunas formadas, segundo o governo, girava em torno de 220. Em abril de 2011, estavam formados 41.600 Conselhos Comunais em todo o país, sendo que nove mil deles haviam alcançado avançado nível de organização das Comunas. Apesar da perda de profundidade e impulso político da experiência após a morte de Chávez, em 2013, o Ministério do Poder Popular para as Comunas contabilizava, em 2019, um total de 48.072 conselhos comunais e 3.168 comunas espalhados pelo território venezuelano.

3. Estado, política e economia na experiência venezuelana

A experiência dos conselhos e comunas reuniu elementos interessantes acerca do debate da fragmentação entre as esferas política e econômica produzida pelo capitalismo, discutido neste artigo. Para além da organização dessas instâncias territoriais escalares, a proposta tinha uma perspectiva mais ampla: o desenvolvimento de um Estado e de uma economia comunais.

Segundo a LOC 2010 (p. 8), o Estado Comunal foi definido como uma

forma de organización político social, fundada en el Estado Social de Derecho y de Justicia establecido en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, en la cual el poder es ejercido directamente por el pueblo, a través de autogobiernos comunales con un modelo económico de propiedad social y desarrollo endógeno y sustentable que permita alcanzar la suprema felicidad social de los venezolanos y las venezolanas en la sociedad socialista.

A proposta do Estado Comunal previa, portanto, uma mudança estrutural nas bases do Estado que conhecemos atualmente, em suas relações econômicas, políticas e sociais. Para constituir o Estado Comunal seria necessário romper: com as instâncias tradicionais do modelo democrático representativo liberal; com as relações de produção exploradoras e alienantes; com a cultura individualista neoliberal; e com a tradição tecnocrática da relação Estado-sociedade. Pela necessidade de tantas rupturas, o Estado Comunal foi considerado um não-Estado, sendo, em alguns casos, chamado de Sistema Comunal.

A Economia Comunal, por sua vez, foi definida como

el conjunto de relaciones sociales de producción, distribución, intercambio y consumo de bienes, servicios y saberes, desarrollado por las comunidades bajo formas de propiedad social al servicio de sus necesidades de manera sustentable y sostenible, de acuerdo con lo establecido en el Sistema Centralizado de Planificación y en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (ARENAS, OBEDIENTE, 2015, p. 289).

Tanto os Conselhos Comunais quanto as Comunas eram responsáveis por realizar ações no sentido de concretizar essa nova dinâmica econômica. No contexto dos primeiros, era tarefa do Colectivo de Coordinación Comunitária e da Unidad Administrativa y Financiera Comunitaria, órgãos de sua estrutura operacional, fomentar ações que impulsionassem a criação de um modelo sócioprodutivo próprio da comunidade, vinculado ao seu plano de desenvolvimento integral. Essas ações começavam pelo estímulo às trocas de bens e serviços produzidos capazes de satisfazer as necessidades de abastecimento e consumo dos habitantes da mesma comunidade e também de outras comunidades próximas, buscando constituir redes socioprodutivas.

Já no nível das comunas, a forma escolhida para operacionalizar essa missão foi pela via da construção de cooperativas comunais, de ocupações de terras e recuperações de empresas privadas e do Estado abandonadas, que não cumpriam sua função social. A Empresa de Propriedade Social–Direta Comunal (EPS-DC) ou Indireta Comunal (com capital misto) foram duas apostas formuladas no sentido da construção do desenvolvimento de projetos econômicos nos territórios comunais. Nesse tipo de propriedade, o empreendimento não pertenceria a um grupo de pessoas, como nas cooperativas, mas a uma organização político-territorial, como os Conselhos Comunais e Comunas. Dessa maneira, a gestão da empresa seria atribuída a pessoas eleitas pela sua comunidade para as respectivas tarefas e a produção e distribuição deveria responder às necessidades sociais daquele território. As instituições do Estado, particularmente o Ministério do Poder Popular para as Comunas, apoiaram os processos de construção das empresas comunitárias, por meio de oficinas de formação, mas foram as próprias comunidades que discutiram e refletiram sobre a estrutura e a proposta dos empreendimentos que desejavam desenvolver (AZZELLINI, 2018).

Como é possível perceber, as propostas não davam conta apenas de ajustes pragmáticos ou pontuais, mas vislumbravam uma “transformación de las relaciones

de producción y del modelo económico capitalista. La construcción de un modelo de sociedad sin explotación y sin dominación es elemento central de la utopía materializada en las comunas” (AZZELLINI, 2018, p. 206).

Indubitavelmente, o processo de construção dessas experiências de participação popular organizadas a partir dos territórios na Venezuela reuniu potencialidades e contradições, principalmente considerando o fato de que se propuseram a realizar mudanças profundas em estruturas historicamente arraigadas nos sistemas político e econômico. Ademais, o cenário político venezuelano, por si só, deve ser considerado como um agravante nesse quadro. Internamente, a polarização entre chavistas e antichavistas (mesmo após a morte de Chávez) continua sendo um elemento central de tensões e desarranjos das condições de vida cotidianas da população e, externamente, o país vive um bloqueio econômico, principalmente por parte dos Estados Unidos, por conta do controle do petróleo, que acaba por aprofundar situações de desequilíbrios dentro do país.

Na seção seguinte, buscamos apresentar as transformações ocorridas no desenvolvimento dessas instâncias após a morte de Chávez. Apesar de reconhecermos a presença de elementos que apontam para um comprometimento de bases e princípios importantes da experiência originalmente formulada, reforçamos seu caráter inovador na construção de uma outra geometria política, atendendo ao chamado de Simón Rodríguez, professor de Bolívar, para construção de arranjos e estruturas participativas e decisórias que permitissem o protagonismo da população venezuelana nos rumos do país: “o inventamos o erramos”.

O contexto atual da experiência venezuelana

1. A transição de Chávez a Maduro e a instabilidade política

Em 2012, após quase 15 anos de construção de um processo de radicalização democrática na Venezuela, desempenhando um papel fundamental como ideólogo do ciclo de governos progressistas e de esquerda na América Latina (HARNECKER, 2013), Chávez, que enfrentava um câncer, convocou uma reunião com seus ministros para direcionar a estratégia política da revolução bolivariana. O presidente reafirmou a importância da construção do poder popular com a consigna "Comuna ou nada". Para o líder político, era imperativo estabelecer modelos democráticos enraizados nos

territórios, a fim de construir uma nova hegemonia democrática (CHÁVEZ FRÍAS, 2013). No entanto, sua trajetória política foi interrompida em março de 2013 devido ao seu falecimento.

Antes de seu falecimento, Chávez nomeou Nicolás Maduro como vice-presidente, visando preparar um possível processo de transição. Apesar de ter boa aceitação entre os chavistas, e apoio das forças armadas nacionais e dos países aliados (SCHURSTER; ARAÚJO, 2015), Maduro não consegue manter a coesão que existia, gerando uma série de confrontos internos no partido. O resultado da eleição presidencial de 2013, decidida por uma diferença de 1,49%, refletiu o enfraquecimento eleitoral do chavismo (PINHEIRO, 2022).

Durante a eleição, a oposição, unificada em torno da Mesa de Unidade Democrática, utilizou o slogan "Maduro não é Chávez" e intensificou seus esforços de mobilização e manifestação pública contra o regime. O cenário político do país começava a apresentar os primeiros sinais de uma mudança qualitativa na correlação de forças sociais.

Em sequência, o resultado da eleição de 2015 foi ainda mais devastador. O efeito do caos econômico, que já vinha sendo percebido no cotidiano do país, gerava descontentamento na base social do PSUV. O resultado da combinação desses dois fatores foi a perda da maioria na Assembleia Nacional. Dos 167 deputados eleitos, 109 pertenciam à Mesa de Unidade Democrática (MUD), 3 eram representantes indígenas e apenas 55 eram do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) (CNE, 2015).

A polarização política se intensificou a tal ponto que o poder executivo e o poder legislativo nacional se confrontavam diretamente. Por um lado, o recém-eleito presidente da Assembleia Nacional, Henry Ramos Allup (AD), declarou que implementaria mecanismos "para mudar o governo". Por outro lado, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) declarou, em 2016, que a Assembleia estava em desacato e anulou todos os atos da casa legislativa. Nesse ponto, a oposição acusava o Poder Judiciário de tentativa de golpe judicial, enquanto o governo acusava a Assembleia de tentativa de golpe de Estado (FUKUSHIMA; DURAND, 2020). Esse cenário de extrema polarização também foi agravado pela falta de aliados externos no continente, em função de golpes brancos em alguns países e da guinada eleitoral à direita da

região. Esse período marcou o início de um cerco político, militar e econômico à Venezuela.

2. O embate econômico (ou guerra econômica) e o enfraquecimento do projeto participativo

Desde o início do governo Chávez, a oposição utilizava a infraestrutura econômica como instrumento político. As greves patronais e os apagões ocorridos entre 2002 e 2004 foram a estratégia encontrada pela oposição para ativar seu poder político por meio de seu poder econômico e, assim, desestabilizar o governo. O mecanismo de politização da economia é característico em contextos como esse:.

Em conjunturas como a inaugurada pela Revolução Bolivariana, em que as organizações representativas dos interesses capitalistas são desarticuladas em alguma medida e perdem a hegemonia sobre o Estado – ou são ameaçadas de perdê-la -, a burguesia tende a fazer da empresa um aparato de intervenção política direta e, dos instrumentos de gestão econômica, arma política (PINHEIRO, 2022, p. 127).

A partir de 2015, esse mecanismo foi intensificado. Atualmente, o que se convencionou chamar de guerra econômica contra a Venezuela é uma política orquestrada pela burguesia opositora, tanto nacional quanto internacionalmente. O congelamento das contas externas da Venezuela, a hiperinflação provocada pelo desabastecimento, o bloqueio financeiro e econômico, bem como as demais sanções e sabotagens sofridas pelo país durante esse período, tinham como objetivo minar o apoio popular ao governo e impulsionar uma mudança de regime ⁷(GUTIERREZ GARCIA, 2019).

Os efeitos da guerra econômica na participação popular foram significativos. Em primeiro lugar, forçou muitas pessoas envolvidas na dinâmica democrática de seus territórios a se afastarem dos espaços de participação e organização comunitária para lidar com questões básicas relacionadas à subsistência. A escassez de alimentos

⁷ “En relación con la política implementada por el Gobierno de EE. UU. contra la RBV, está orientada a cambiar mediante su abierta intervención la condición política de la misma, mediante la erradicación de la “Revolución Bolivariana” a través del denominado “cambio de régimen” (de todos los poderes públicos, no solo del Gobierno), a mediano plazo, imposibilitando la continuidad del apoyo sucesivo y mayoritario del Pueblo venezolano al proyecto político bolivariano, o a corto plazo, a través de la promoción interna del “Golpe de Estado” o de algún tipo de intervención externa unilateral de carácter armado.” (GUTIÉRREZ GARCÍA, 2019, p. 12).

e de produtos básicos de higiene afetou a maioria da população venezuelana, obrigando-a a dedicar todo o seu tempo e esforço à luta pela sobrevivência. A guerra econômica também afetou a capacidade de mobilização e ação dos movimentos sociais e partidos políticos. Durante os anos de 2015 a 2022, praticamente nenhuma organização dispunha de recursos para realizar encontros, formações ou qualquer atividade de mobilização política.

Além disso, a capacidade de atuação do Estado foi drasticamente reduzida por dois fatores. Em primeiro lugar, houve uma diminuição na receita disponível para investir em políticas sociais e na construção do poder popular, com corte no orçamento para Comunas e Conselhos Comunais. Em segundo lugar, o quadro de funcionários públicos foi significativamente reduzido. Devido à desvalorização extrema do bolívar e à crescente dolarização do país, os funcionários públicos começaram a simplesmente abandonar seus cargos e buscar atividades individuais como meio de subsistência.

Tampouco vale fazer uma leitura incompleta da realidade. Durante os anos de crise econômica mais dura, aumentaram os níveis de corrupção nos cargos de confiança do governo e houve uma política silenciosa de enriquecimento de alguns quadros políticos ligados ao PSUV. Não se trata apenas de responsabilidades individuais ou morais, esse comportamento encontra suas raízes na teoria de que é necessário criar uma burguesia revolucionária na Venezuela (CASTRO SOTELDO, 2018). Sob a mesma lógica, também foi aprovada a *Ley Orgánica de las Zonas Económicas Especiales*⁸ (VENEZUELA, 2022) que visa impulsionar o crescimento econômico concedendo incentivos fiscais, aduaneiros, tributários e outros, para o setor privado.

A inabilidade no combate à crise econômica e o aumento da desigualdade social vem contribuindo para o crescimento da rejeição contra o atual presidente da República Bolivariana, que completa, em 2023, 10 anos de mandato e apresenta muitas contradições. Entre essas contradições está o crescimento do autoritarismo no país. De acordo com Fukushima e Durand (2020),

⁸ A Zona Econômica Especial é uma “*Delimitación geográfica que cuenta con un régimen socioeconómico especial y extraordinario, en cuyas poligonales se desarrollan actividades económicas estratégicas, en consonancia con los objetivos establecidos en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación.* (MPPCMS, 2022).

Linz (1991, p. 56-66) aponta que o governo que enfrenta uma oposição desleal em qualquer extremo do espectro ideológico, "se vê em uma difícil situação quando se vê obrigado simultaneamente a afirmar sua autoridade e ampliar sua base de apoio". Não é improvável, que, diante de uma oposição desleal e dos perigos que esta pode causar, o governo, buscando salvar o regime, caminhe em uma direção autoritária. Parece ser exatamente este o caso da Venezuela, sob Maduro.

Um exemplo dessa contradição é o Comitê Local de Produção e Alimentação (CLAP), criado em 2014 para responder ao desabastecimento e à desnutrição da população. O CLAP foi concebido como um mecanismo de distribuição de alimentos nos territórios, visando transferir poder ao povo. No entanto, em muitos territórios, o CLAP acabou se contrapondo à organização comunal já existente. Temendo que tais recursos caíssem nas mãos da oposição desleal, que anteriormente já havia demonstrado ser capaz de sabotagens de qualquer tipo, os porta-vozes do CLAP foram designados pelo PSUV, muitas vezes contrariando a opinião dos comuneros e comuneras do próprio território. Como resultado, em muitos casos, o CLAP se configurou como uma política paralela às comunas e conselhos comunais.

Outro exemplo é a resposta do governo frente à greve de professores da educação básica. Durante o início desse ano, marchas e paralisações foram mobilizadas contra as más condições de trabalho nas escolas. Se bem é verdade que parte da direita se aproveitou dessa pauta para predicar contra o governo, também é verdade que diversos profissionais lutam legitimamente pelo direito a um salário digno. No entanto, a postura do governo vem sendo criminalizar e desmobilizar as greves. Dessa forma, além de contribuir para uma política antipopular, o governo também entrega a bandeira de luta por melhorias salariais às forças opositoras do regime.

3. Reflexões e desdobramentos da DPP até os dias atuais

O impacto da proposta da democracia participativa e protagônica na sociedade venezuelana foi intenso, tanto para seus apoiadores quanto para seus críticos. Fazemos aqui uma síntese analítica baseada em quatro elementos.

Um primeiro está ligado à politização da população, ou o que Edgardo Lander chamou de transformação da cultura política (LANDER, 2010). De forma geral, houve um aumento considerável na participação política da população, que ficou mais próxima dos espaços públicos de tomada de decisão. Embora não se possa afirmar

que a maioria da população participou dos espaços comunais, houve aumento significativo no envolvimento de pessoas na discussão das políticas públicas em seus territórios (estimou-se em 15% da população envolvidos nos espaços de participação) (ADDOR, 2018). Em 2022, foram registrados dados de quase 200 mil atividades formativas no país, além do estabelecimento de 618 Núcleos de Formação Hugo Chávez e seis sedes da Universidad Bolivariana das Comunas⁹(MPPCMS, 2022).

Outro elemento de debate foi a dicotomia entre uma proposta de democratização do poder através da democracia participativa e uma lógica de atrelamento dos espaços participativos ao governo central, numa tendência de centralização de poder. A implementação dos Conselhos foi considerada, por alguns analistas, uma recentralização do poder iniciada por Hugo Chávez (MAYA, 2008, p. 8), já que os CC estão conceitualmente pensados como parte do Estado, formalizados pela presidência da República. Por outro lado, na pesquisa desenvolvida pelo Centro Gumilla, umas das conclusões é que, de forma geral, *“se muestra una baja interferencia del Estado en la dinámica de los consejos comunales”* (MACHADO, 2007, p. 51).

Essa discussão leva ao terceiro ponto, que é a instrumentalização dos espaços participativos. Considerando o processo de acentuação da divergência e polarização política do país no período, havia uma preocupação de que esses espaços de organização comunitária fossem usados como pilares do chavismo. Entretanto, o problema parecia ser menor do que o esperado. De acordo com a pesquisa do Centro Gumilla, em 80% dos CC estudados havia uma abertura completa a pessoas com diferentes opiniões políticas (MACHADO, 2007, p. 26). Darío Azzellini também destaca uma forte presença dos denominados *“ni-nis”*, nem da oposição e nem chavistas, nos conselhos comunais e comunas (AZZELLINI, 2010, p. 313).

O último eixo de análise está ligado ao relacionamento entre os novos espaços democráticos de poder popular e a tradicional estrutura da democracia liberal representativa. Em municípios onde o governo local estava plenamente vinculado com as transformações da *Revolución Bolivariana*, os próprios funcionários da prefeitura

⁹ Núcleos de Formación Hugo Chávez: "Es el espacio en la comunidad que territorializa la Escuela del Fortalecimiento del Poder Popular, que desde lo formativo promueve, acompaña y articula la organización en el territorio".

Sedes de la Universidad Bolivariana: "Son espacios constituidos que van orientados a la formación de programas de estudio donde se priorizan carreras universitarias que aporten al desarrollo integral de la nación, así como diplomados y especializaciones dirigidos al Poder Popular".

defendiam a diminuição de seu orçamento e de seu corpo de funcionários (CARRASCO, 2011), apoiando o fortalecimento dos CCs. Entretanto, essa transição sempre foi complexa e contraditória, e o fato é que nunca se conseguiu avançar efetivamente em um possível processo de substituição do Estado tradicional pelo Estado Comunal. Sempre se fez muito presente a oposição a esse movimento, gerando diversos conflitos e disputas entre as duas estruturas.

Entre conquistas e contradições da experiência, somadas às tensões e desafios dos contextos nacional e internacional, é possível identificar, ainda que de maneira mais quantitativa que qualitativa, a sobrevivência da experiência no cenário político e econômico venezuelano. Em dados de 2022 do Ministério do Poder Popular para as Comunas e Movimentos Sociais, haviam 49.183 conselhos comunais registrados, dos quais mais de 60% estavam vinculados a alguma comuna. Estas, por sua vez, somavam um total de 3.641 registros.

Já no campo econômico, foram registradas mais de 20 mil cooperativas ativas, em diversas áreas: agrária, bens e serviços, crédito, moradia, saúde, além de 7 circuitos econômicos consolidados (cacau, café, arroz, batata, hortaliças, criação de animais e têxtil) e 41.238 organizações socioprodutivas, sendo a maioria (90%) delas Unidades Produtivas Familiares (90%), seguida (9%) de Empresas de Propriedade Social Direta Comunal - EPSDC (MPPCMS, 2022).

Um exemplo que se mostrou exitoso ao longo do período de desenvolvimento da experiência venezuelana foi a EPS-DC La Libertad, localizada no estado de Trujillo, vizinho ao estado Lara. Produtora de milho e outros cereais, a empresa é administrada por um conjunto de comunas que conformam um eixo comunal ou uma mancomuna. Em outras palavras, é uma empresa dirigida por uma associação de diversas comunas que compartilham características econômicas, climáticas e culturais. Algumas comunas também vêm resgatando e criando novas formas de distribuir a produção local e outros bens de consumo. Na comuna de El Maizal, foi possível testemunhar uma experiência de troca/escambo entre os bens produzidos localmente pelos camponeses e os bens de maior valor agregado trazidos de fora da comunidade pelos porta-vozes daquela comuna.

Nesse sentido, apesar das dificuldades e das contradições presentes na Venezuela contemporânea, parte do movimento comunal vem tentando articular a produção em um sistema nacional que promova o encadeamento produtivo e um

eficiente mecanismo de distribuição e troca dessa produção. Diversas propostas estão sendo elaboradas dentro das comunas e do ministério competente, como por exemplo a construção de um selo para identificar os produtos oriundos dos territórios comunais. A prioridade do governo federal é o investimento em projetos econômicos propostos pelas comunas.

Além disso, recentemente, o governo inaugurou um novo processo de revisão de cinco leis do poder popular (Lei do Poder Popular, Lei de Comunas, Lei do Sistema Econômico Comunal, Lei de Controladoria Social e Lei de Planejamento Público). Apesar de ser uma revisão muito incipiente e com pouco apelo popular, ao menos contribui para incentivar a discussão sobre o poder popular nos territórios e corrigir os vazios legais percebidos pelos comuneros e comuneras.

Dentre as leis em revisão, a Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal tem ganhado destaque, por representar, para os membros das comunidades, uma perspectiva de transformação ainda mais abrangente: *“modificar la base productiva del país, de manera tal de asegurarnos una democracia económica”* (CHÁVEZ FRÍAS, 2013, pg. 12).

Apesar de ser uma lei assinada em 2010, adquiriu ainda maior relevância durante os anos mais difíceis do cerco econômico e financeiro. A falta de alimentos e produtos básicos obrigou a população a retornar ao campo e recuperar conhecimentos populares para a produção de sabonetes, desodorantes, painéis elétricos (que não exigem gás) e outros itens básicos. No contexto internacional de bloqueio econômico vivido pela Venezuela e, sobretudo, no âmbito do desenvolvimento de uma proposta que almeja a construção de um novo sistema político-econômico, a estratégia de fortalecer os caminhos legais e práticos de organização popular em iniciativas econômicas torna-se fundamental para garantir a sobrevivência das comunidades e também, a longo prazo, possibilitar sua autonomia política e financeira.

De modo geral, a atual recuperação econômica na Venezuela (CEPAL, 2022) e as novas relações diplomáticas no continente, sobretudo com países fronteiriços como Brasil e Colômbia, permitem que movimentos sociais e organizações populares retomem suas atividades de formação e mobilização no país. Isso contribui para dinamizar as reivindicações populares e também para aprofundar experiências de

organização comunal que estão mais avançadas, como o caso da Comuna El Maizal, localizada entre o estado de Lara e Portuguesa.

No entanto, ao analisar a situação geral, é importante reconhecer que a falta de apoio político internacional e o cerco militar-econômico obstaculizam os horizontes da Revolução Bolivariana iniciada em 1999. Esses obstáculos são de cunho material, mas também teórico-ideológico. Atualmente, comuneros e comuneras tentam resgatar o projeto bolivariano original para lutar contra a despolitização da sociedade, o domínio econômico dos grandes empresários e a falta de horizonte revolucionário de alguns líderes políticos.

Reflexões sobre a relevância da DPP para a experiência democrática latino-americana

A experiência política venezuelana dos últimos 24 anos traz um sem número de debates acirrados sobre os caminhos que o país vem tomando desde o início da *Revolución Bolivariana*. Não foi nosso objetivo, neste artigo, fazer uma análise geral sobre o contexto venezuelano, mas observar um recorte daquela experiência ligado à construção da chamada “*democracia participativa y protagónica*”, que talvez, junto com uma política educacional de profunda transformação da sociedade, tenha sido um dos aspectos mais revolucionários e inovadores de todo o processo.

A proposta de um sistema comunal foi estruturante para se pensar uma perspectiva de transformação democrática assentada em dois pontos que são de profunda relevância para pensarmos no aprofundamento da democracia na América Latina, conforme buscamos recuperar na revisão bibliográfica feita no início deste artigo: a questão do território e a perspectiva econômica.

Primeiro, o vínculo da organização dos Conselhos Comunais com o território nos pareceu o grande êxito dessa iniciativa que, apesar de toda a crise política e econômica que se prolonga e acentua nos últimos dez anos, segue tendo desdobramentos na dinâmica política do país. A proximidade desses espaços organizativos com os problemas concretos e a busca coletiva de soluções e projetos parece ser a base para consolidação de uma nova prática democrática que, como resgatamos nas palavras de Milton Santos, se funde com o cotidiano daquelas pessoas e se estabelece como uma escola para a democracia.

Os Conselhos se constituíram como espaços de estímulo ao maior protagonismo dos cidadãos, enfrentando o contexto generalizado de apatia política e de crise da representatividade. A utilização nesses espaços do termo *vocero/a* (que tem a voz da comunidade) no lugar do desgastado conceito de representante é um símbolo dessa busca por uma prática política diferenciada. Foi promovida, assim, uma reconfiguração da cidadania, colocando as lideranças do território em diálogo com todas as famílias, como os reais executores das políticas públicas, garantindo maior transparência e controle por parte da sociedade.

Além disso, era previsto que cada conselho comunal elegeisse seus *voceros/as* para participar das Comunas. Essa participação em debates mais amplos territorialmente também percebemos com uma oportunidade de formação muito rica, em que estes indicados têm a possibilidade de pensar em ações que vão para além de sua comunidade ou bairro, influenciando nos caminhos para o desenvolvimento da região como um todo.

Não podemos, naturalmente, fechar os olhos para desvios e práticas antidemocráticas que também, por vezes, se encontram presentes nesses espaços. Práticas de tutela por parte do partido chavista, de priorização de recursos para aliados políticos, de desvios de verba para interesses particulares acontecem também nesses espaços e toda atenção e busca de enfrentamento dessas dinâmicas deve ser reforçada de forma permanente.

A perspectiva de maior inclusão e controle das políticas públicas por parte das famílias, contudo, tende a reduzir muito esses desvios, principalmente se comparamos com o sistema representativo tradicional que é hegemônico nos países latino-americanos. A vivência democrática que se permite nesses espaços já é uma grande contribuição, no sentido de formar cidadãos menos apáticos e passivos no sentido de recebimento dos recursos e serviços, e mais conscientes e preparados para debater e deliberar as prioridades para seus territórios. Nesse sentido, a perspectiva territorial da *“democracia participativa y protagónica”* nos parece ser um grande trunfo, mesmo no complexo cenário que o país enfrenta hoje.

Como segundo elemento estruturante da proposta do sistema comunal venezuelano está a perspectiva econômica. Vale destacar que esse aspecto foi sendo reforçado ao longo do tempo, muito em resposta a toda guerra econômica que o governo bolivariano enfrentou desde seu início, primeiro contra as elites econômicas

venezuelanas e, a partir de 2014, contra os EUA e a sua política de embargo. Assim, ao longo do percurso de desenvolvimento da experiência venezuelana, foi crescente o engajamento dos conselhos e das comunas na construção de um sistema econômico alternativo no país, o que estava diretamente atrelado a uma percepção de que não seria possível avançar com uma real democratização do sistema político do país com a atual concentração de riqueza e grande capacidade de intervenção na vida política do país por parte da elite econômica.

É nesse sentido que, por exemplo, o movimento *Unión Comunera* foi criado, em 2022, com o objetivo de articular e potencializar o espírito das comunas, definindo como tarefa estratégica o desenvolvimento de projetos produtivos e de distribuição nesses territórios, sejam eles urbanos ou rurais, em larga ou pequena escala. o movimento possui a insígnia: *¡Comuna que no produce no es comuna!*.

Essa articulação entre a dinâmica de organização política dos territórios e o objetivo de construir uma economia mais vinculada aos interesses da maioria da população produz um enfrentamento direto ao que destacamos antes como um dos efeitos da democracia liberal hegemônica nos países latino-americanos que é a fragmentação das esferas política e econômica.

A experiência venezuelana, portanto, parece ter como pano de fundo a reunião dos dois eixos. De um lado, tornou central a formação popular para construção de uma prática democrática autônoma e coletiva a partir dos territórios, rompendo com a lógica liberal representativa tradicional e, do outro, estimulou a criação de arranjos econômicos cooperativos que permitissem a sustentabilidade financeira dos grupos populares.

Embora o projeto de consolidar uma autonomia financeira dos espaços comunais não tenha sido considerado exitoso, pois apresentou resultados pouco significativos, se considerado seu objetivo de transformar a economia capitalista do país, parece importante reforçar que, considerando o cenário político venezuelano de crises de abastecimento causadas pela oposição ao governo e constantes bloqueios econômicos, essa alternativa tem sido ainda uma fonte de organização, de esperança e de luta do campo popular. Segundo Lander (2015), o principal motivo para essa derrota reside no fato dessa alternativa não ter questionado mais frontalmente o modelo produtivo rentista, condição indispensável para realizar essa transformação.

O fato de ter sido uma experiência impulsionada pelo Estado traz consigo suas potencialidades e contradições. Ao mesmo tempo em que se vislumbra um Estado que reconhece seu papel centralizador e excessivamente atravessado pelos fluxos de interesses do grande capital a ponto de propor a criação de um ente paralelo, o Estado Comunal, e apoiar legal e financeiramente o desenvolvimento dessa nova configuração política e econômica, também é possível enxergar seus limites. A dependência financeira do Estado, que se concentrava justamente na materialização das demandas básicas dos conselhos e comunas, é, sem dúvida, um obstáculo, constituindo, assim, um fator central em que se precisa avançar na construção de experiências organizadas pela população a partir dos territórios, a fim de que se possa garantir maior autonomia.

Em síntese, a Venezuela foi um dos poucos países que conseguiu manter um governo progressista no poder de forma ininterrupta desde a onda de vitórias eleitorais da esquerda no início dos anos 2000. Atualmente, há um governo com grande desgaste político, tanto para dentro quanto para fora do país, com sérias acusações de práticas autoritárias e desrespeito aos direitos humanos da população venezuelana. Não devemos, de forma alguma, relevar ou ignorar essas acusações, e esse tipo de prática deve ser enfrentado em qualquer país, independente das diretrizes político-ideológicas do governante.

Entretanto, acreditamos que, para além de uma análise de perspectiva binária e dicotômica de bem e mal, a experiência comunal venezuelana merece destaque pelo seu potencial de transformação democrática, principalmente considerando a urgência que temos em pensar em novos formatos e práticas de democracia nos países de *Nuestra América*. A conexão entre democracia e território, bem como a articulação entre a transformação política com a transformação econômica são elementos que nos parecem fundamentais neste debate, se realmente queremos caminhar para uma sociedade menos desigual, com mais respeito à diversidade e que busque pela melhoria da qualidade de vida e trabalho de toda a população latino-americana.

Referências

ADDOR, Felipe. **Teoria democrática e poder popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela.** Florianópolis: Insular, 2018. Disponível em: https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Teoria_democratica_Addor.pdf.

ALMEIDA, Layssa Ramos Maia de. ADDOR, Felipe. Democracia e território: (re)construindo uma prática democrática participativa. In: ADDOR, F. ALVEAR, C. A. S. (Orgs). **Democracia, Autogestão, Politecnica e Extensão** - Volume 1. Grupo Multifoco, Rio de Janeiro, 2022.

AZZELLINI, Darío. **Democracia Participativa y Protagónica en Venezuela: La búsqueda de una nueva democracia, la construcción de dos lados y los Consejos Comunales como mecanismo de autogobierno local.** 2010. 203f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, 2010, p. 203.

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. **O Estado plurinacional e comunitário na Bolívia: as lutas populares e o bem viver a partir de El Alto.** 2019. 223 f. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói.

CARRASCO, Edgar. «Entrevista a AUTOR», Carora, 02 de dezembro de 2011. Entrevistado por Wilmar Castro Soteldo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w8Q4YGHrRe8>>. Acessado em 09 de junho de 2023.

CEPAL. **Informe macroeconómico.** Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2022.

CHÁVEZ FRÍAS, HUGO. **Golpe de Timón.** Caracas, Venezuela: Asamblea Nacional, 2013.

CNE. **Divulgación presidenciales.** 2013.

CNE. Elecciones a la asamblea nacional. 2015.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática. In: Dagnino, Olvera, Panfichi (Org.) **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006. pp. 13-91.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em Debate.** Uma Conversa na Teoria Crítica. São Paulo, Boitempo, 2020 (1a ed inglês), cap. I.

FUKUSHIMA, Katia Alves; DURAND, Jorge González. **Venezuela hoje: Entre a polarização política, as sanções dos EUA e a pandemia do Coronavírus.** 2020.

GUTIÉRREZ GARCÍA, Erick L. **Crimen de lesa humanidad**: El bloqueo económico – financiero contra Venezuela. Sures, 2019.

HARNECKER, Marta. **Un mundo a construir**: nuevos caminos. El Viejo Topo, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina**. 2013. 413f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, Rio de Janeiro.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. In: **Observatorio Social de América Latina**, CLACSO, Año VIII, nº 22, septiembre 2007.

_____, «O ciclo em direção à esquerda pode estar chegando a seu fim». In: **Revista Caros Amigos**, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2010. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br>.

_____. El tejido solidario devino en un bachequeo individualista y competitivo (Venezuela). **Revista Kavilando**, v.7, nº.2, 2015, p. 147-156.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. **Política & Sociedade**, v. 13, nº 28, p. 167-197, 2014.

MACHADO, Jesus. **Estudio de los Consejos Comunales en Venezuela**. Caracas, Fundación Centro Gumilla, 2008.

MAIA, Layssa; FREIRE, Marina. A construção da utopia no cotidiano: um olhar sobre a experiência econômica da fábrica Proletários Uníos. In: **Anais VI Encontro Internacional Economia dos Trabalhadores**, 2017, Argentina.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

MAYA, Margarita López. Caracas: Estado y sujeto popular en el proyecto bolivariano. In: PEARCE, Jenny. **Here, the People Decide?** Participation in the Twenty-First Century City. Hampshire, Palgrave Publishers Ltd, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, nº 59, I semestre de 2005, pp. 5-42.

PACHECO, Rafael Echeverri. Democracia Econômica e Democracia Política: uma perspectiva territorial. In: **Anais do I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza, Ceará, 2003, p.7-30.

PINHEIRO, Jair. **A construção do poder popular na Venezuela**. 1ª edição. São Paulo: Lutas Anticapital, 2022.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 nº 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHURSTER, Karl. ARAÚJO, Rafael. A Venezuela entre 1989 e 2013: crises, rupturas e continuidades. In: **A era Chávez e a Venezuela no tempo presente**. Editora Autografia, Rio de Janeiro, 2015.

TAMAYO, Alberto Gutiérrez. Ciudadanía y Territorio: escenario para la formación ciudadana. **Revista Palobra**, nº 10, Agosto/2009, p. 109-127.

VENEZUELA. **Ley De Los Consejos Comunales**. Caracas, 2006.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de las Comunas**. Caracas, 2010.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de las Zonas Económicas Especiales**. Caracas, 2022.

VENEZUELA. **Ley Orgánica De Los Consejos Comunales**. Caracas, 2009.

VIANA, Gabriel Teles. A experiência de auto-organização dos trabalhadores chilenos nos cordões industriais [1972-1973]. **Revista Enfrentamento**. Goiânia: ano 10, nº 18, jul/dez. 2015, p.128-144.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.